

- Baseado no formato de prova aplicado pela banca Cebraspe**
- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas (Formulário de Documento) válida para a realização das provas.
  - Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura Situação hipotética:... seguida de Assertiva:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
  - Eventuais espaços em branco ou não preenchidos com a resposta – que não sejam emendas e o rascunho de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

## SIMULADO INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

#### ÉTICA KÁTIA LIMA

Julgue os itens a seguir sobre ética geral, ética no serviço público, ética e função pública, tendo como base o Decreto n. 1.171/1994.

- Ética e moral são termos relacionados e por vezes confundidos, porém a ética tem a moral como objeto de estudo, reflexão e julgamento crítico.
- O servidor público não pode usar o cargo público para obter favores para si ou para outros, exceto em situações emergenciais e concretamente justificadas.
- Situação hipotética:** Mauro é servidor do INSS e para proteger a imagem da Instituição, omitiu a verdade do cidadão sobre a ausência de médicos peritos, informando apenas que o sistema estava fora do ar. **Assertiva:** Nessa situação, Mauro não cometeu falta ética, pois é dever do servidor ser leal à Instituição a que servir.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL RICARDO BLANCO

Julgue o item em relação aos direitos individuais.

- As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, o trânsito em julgado.

Julgue o item em relação aos remédios constitucionais.

- O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em todos os casos eles devem comprovar pelo menos 1 ano de exercícios.

Julgue o item em relação à nacionalidade.

- Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude do cometimento de crime culposo.

Julgue o item em relação aos direitos políticos.

- A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei complementar, mediante: plebiscito; referendo; iniciativa popular.

Julgue os itens em relação à Administração Pública.

- A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO RODRIGO CARDOSO

Julgue o item a seguir considerando aspectos do Direito Administrativo.

- O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei ordinária específica. A exigência da edição de lei compreende o conteúdo do princípio da reserva legal.

Sobre a teoria dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

- O ato discricionário permite valoração subjetiva do agente, dentro dos limites impostos pela lei. Por esse motivo, é aplicável a teoria dos motivos determinantes nos atos vinculados e discricionários.
- A autorização, por ser ato vinculado e definitivo, deverá ser expedida caso o administrado venha a cumprir todos os requisitos exigidos por lei. Mas nada impede que esse ato seja cassado posteriormente caso o beneficiado venha a descumprir disposição legal.

Sobre o direito administrativo, julgue os itens.

- 14** O poder disciplinar sempre deriva do poder hierárquico mesmo se a penalidade for aplicada ao particular que estiver sob tutela da Administração.
- 15** O decreto de execução é considerado ato primário e o decreto autônomo, ato secundário. Ainda, é possível afirmar que a Constituição permite a delegação da competência para editar decreto autônomo para Ministro de Estado.
- 16** Os princípios que norteiam a Administração Pública são regras básicas que servem de interpretação das demais normas jurídicas. Em relação aos princípios que norteiam a Administração Pública, é correto afirmar que o princípio da impessoalidade, que é desvinculado do princípio da legalidade, condiciona a atividade administrativa ao interesse público.

Sobre a organização administrativa, julgue o item a seguir.

- 17** Considere que o estado “Y” pretenda criar uma entidade administrativa com objetivo de fiscalizar o patrimônio ambiental, bem como expedir ato normativo para regulamentar o assunto. A estrutura a ser criada terá personalidade jurídica própria e será dirigida por um colegiado com mandato fixo. **Assertiva:** pode-se afirmar que foi criada uma agência executiva.

## GRAMÁTICA E TEXTO

LUCAS LEMOS

### O Marajá

1 A família toda ria de dona Morgadinha e dizia que ela estava sempre esperando a visita de alguém ilustre. Dona Morgadinha não podia ver uma coisa fora do lugar, uma ponta de poeira em seus móveis ou uma mancha em seus vidros e cristais. Gemia baixinho quando alguém esquecia um sapato no corredor, uma toalha no quarto ou – ai, ai, ai – uma almofada fora do sofá da sala. Baixinha, resoluta, percorria a casa com uma flanela na mão, o olho vivo contra qualquer incursão do pó, da cinza, do inimigo nos seus domínios.

10 Dona Morgadinha era uma alma simples. Não lia jornal, não lia nada. Achava que jornal sujava os dedos e livro juntava mofo e bichos. O marido de dona Morgadinha, que ela amava com devoção apesar do seu hábito de limpar a orelha com uma tampa de caneta Bic, estabelecera um limite para sua compulsão por limpeza. Ela não podia entrar em sua biblioteca. Sua jurisdição acabava na porta. Ali dentro só ele podia limpar, e nunca limpava. E, nas raras vezes em que dona Morgadinha chegava à porta do escritório proibido para falar com o marido, esse fazia questão de desafiá-la. Botava os pés em cima dos móveis. Atirava os sapatos longe. Uma vez chegara a tirar uma meia e jogar

em cima da lâmpada só para ver a cara da mulher. Sacudia a ponta do charuto sobre um cinzeiro cheio e errava deliberadamente o alvo. Dona Morgadinha então fechava os olhos e, incapaz de se controlar, lustrava com a sua flanela o trinco da porta.

*Luis Fernando Verissimo. Comédias para se ler na escola. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. (com adaptações)*

Considerando as ideias contidas no texto e as estruturas gramaticais, julgue os itens seguintes.

- 18** Na linha 10, a frase “Dona Morgadinha era uma alma simples” expressa, de modo conotativo, uma metáfora.
- 19** Depreende-se que a principal característica da personagem dona Morgadinha é compulsão por limpeza.
- 20** O emprego do sinal indicativo de crase em “à porta” (l. 18) é facultativo, ou seja, a sua retirada não prejudicaria a correção gramatical nem o sentido original do texto.
- 21** O vocábulo “deliberadamente” (l. 23-24) foi empregado, contextualmente, com o sentido de **propositalmente**, dela sendo sinônimo.
- 22** A preposição “para” (l. 19), que expressa finalidade, introduz uma oração circunstancial.
- 23** O deslocamento da partícula “se”, em “se controlar” (l. 25), para depois do verbo – escrevendo-se **controlar-se** – prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 24** Em “trinco da porta” (l. 25-26), a expressão “da porta” exerce a função sintática de complemento nominal do substantivo “trinco”.
- 25** A oração iniciada pela conjunção “que” (l. 1) funciona como complemento direto da forma verbal “dizia” (l. 1).
- 26** Na frase do texto “Ela não podia entrar em sua biblioteca.” (l. 15-16), a preposição “em” estabelece clara ideia de posse.

## Doação de sangue

- 1 Ninguém está livre de precisar de uma transfusão de sangue. Ninguém está livre de sofrer um acidente, de passar por uma cirurgia ou por um procedimento médico em que a transfusão seja absolutamente indispensável.
- 5 Como não existe sangue sintético produzido em laboratórios, quem precisa de transfusão tem de contar com a boa vontade de doadores, uma vez que nada substitui o sangue verdadeiro retirado das veias de outro ser humano.
- 10 Todos sabemos que é importante doar sangue. Mas, quando chega a nossa vez, sempre encontramos uma desculpa – Hoje está frio ou não estou disposto; nesses últimos dias, tenho trabalhado muito e ando cansado; será que esse sangue não me vai fazer falta... – e vamos adiando a doação que poderia salvar a vida de uma pessoa.
- 15 Sempre é bom repetir que o sangue doado não faz a menor falta para o doador. Consequentemente, nada justifica que as pessoas deixem de doá-lo. O processo é simples, rápido e seguro.

Disponível em: <<https://drauzioarella.com.br/drauzio/doacao-de-sangue/>> (com adaptações).

Considerando a relação existente entre as informações e as sequências linguísticas que constituem o texto, julgue os itens seguintes.

- 27 O texto é predominantemente descritivo, pois o autor faz apenas um registro objetivo e imparcial de um fato para demonstrar ao leitor a realidade em que se encontra a doação de sangue.
- 28 A substituição de “que” (l. 9) por **o qual** preserva a coerência e a correção gramatical do texto.
- 29 Não acarretaria prejuízo para a correção gramatical do texto a inserção de vírgula imediatamente após o termo “transfusão” (l. 6).
- 30 A expressão “sangue sintético” (l. 5) exerce função sintática de complemento direto da forma verbal “existe” (l. 5).
- 31 A locução “uma vez que” (l. 7) expressa contextualmente um valor conclusivo, podendo ser substituída pela conjunção **porque**.
- 32 As palavras “sintético”, “últimos” e “rápido” são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

## REDAÇÃO OFICIAL

MÁRCIO WESLEY

Com base no disposto no **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR), 3ª edição, de 27/12/2018, julgue os próximos itens.

- 33 O trecho seguinte é adequado para compor a parte inicial de um ofício.

Brasília, 1º de setembro de 2020.

Ao Senhor Tructesindo Ramires  
Diretor do Hospital Santa Cruz  
Praça Nossa Senhora do Carmo  
CEP 58070-946 – Cidade/UF

**Assunto: Nova tabela de custos médicos.**

- 34 O trecho a seguir apresenta as seguintes características: concisão, objetividade e impessoalidade; por isso está adequado para iniciar um ofício enviado a uma autoridade com hierarquia superior à do signatário.

Em atendimento ao OFÍCIO Nº 123 desse Ministério da Justiça, estamos enviando, anexo, relatório detalhado dos beneficiários da nova alíquota de reajuste de aposentadorias.

- 35 Os trechos abaixo estão adequados para figurar em ofício que será enviado pelo INSS a um beneficiário da Previdência.

Brasília, 2 de setembro de 2020.

Ao Ilmo. Sr.  
Pafúncio dos Anzóis Carapuça  
Rua Eça de Queiroz, 12, fundos  
CEP 68321-40 Esperança/UF

**Assunto: Concessão de aposentadoria**

Senhor Beneficiário,

(...)

Atenciosamente,

- 36 Uma correspondência assinada por dois ou mais ministros de Estado e enviada ao presidente da República constitui exemplo de um ofício-conjunto.

- 37 Nas mensagens de correio eletrônico, deve-se evitar o envio de anexos muito extensos, bem como o reencaminhamento de anexos nos e-mails de resposta.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

MARCELO LEITE

Em uma repartição do INSS, estão lotados 12 analistas e 8 técnicos. O chefe dessa repartição irá organizar de forma aleatória uma comissão com 2 analistas e 2 dois técnicos. Após montar a comissão, o chefe dessa repartição fez as seguintes declarações:

P1: Caso a comissão escolhida tenha êxito no decorrer dos anos, a sociedade será resguardada.

P2: A sociedade será resguardada, desde que as normas sejam cumpridas de acordo com a lei.

Com base nas informações acima, julgue os itens a seguir.

- 38** Caso as proposições “A comissão escolhida terá êxito no decorrer dos anos” e “A sociedade não será resguardada” sejam ambas verdadeiras, então a declaração P1 será verdadeira.
- 39** A declaração P2 é equivalente à sentença: “Se as normas forem cumpridas de acordo com a lei então a sociedade será resguardada”.
- 40** A declaração P1 pode ser negada por “A comissão escolhida terá êxito no decorrer dos anos, porém a sociedade não será resguardada”.
- 41** A quantidade de comissões distintas que o chefe dessa repartição poderá organizar será superior a 1.850
- 42** Sabe-se que, entre esses 20 servidores, 8 são formados em matemática e 13 são formados em direito, enquanto 5 possuem outras formações. A quantidade de servidores, entre os citados, que possuem formação tanto em matemática como direito é inferior a 6.

## INFORMÁTICA

FABRÍCIO MELO

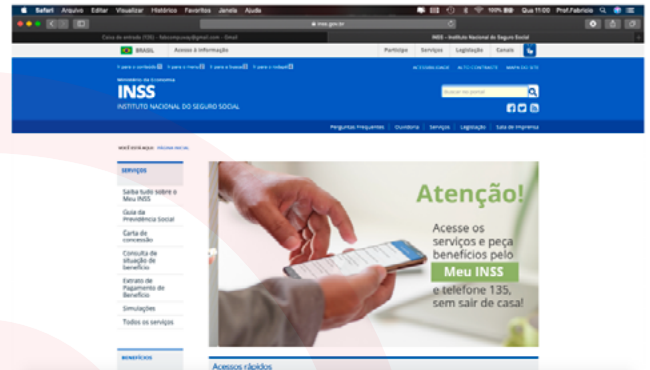
Sobre o Windows 10, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item a seguir.

- 43** Através do Windows Hello, o Windows pode usar dispositivos que são emparelhados com o computador para ajudar a detectar quando o usuário está ausente e bloquear seu computador logo depois que seu dispositivo emparelhado sair do alcance do Bluetooth. Isso torna mais difícil para alguém ter acesso ao seu dispositivo se o usuário sair do computador e esquecer de bloqueá-lo.

Sobre seus conhecimentos relacionados ao Mozilla Firefox, versão 79 ou superior, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item.

- 44** Quando o usuário abre a página inicial padrão do Firefox, ou abre uma nova aba no Firefox, aparece um pequeno conteúdo na página (na parte de baixo, ou sob a barra de pesquisa na página de nova aba), conhecido como um snippet.

De acordo com a figura e seus conhecimentos relacionados a tecnologias relacionadas à Internet, julgue o item.

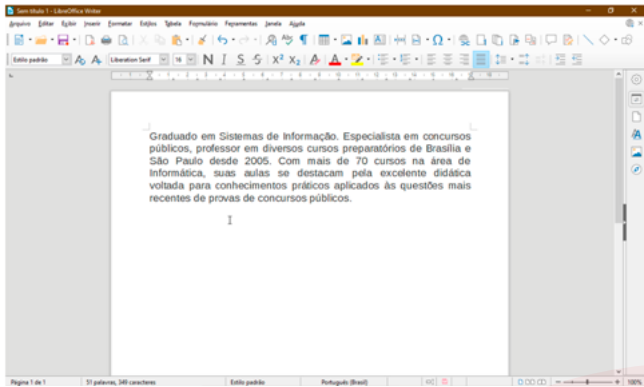


- 45** Ao se preencher o campo de pesquisa indicado na página mostrada e clicar o botão **PESQUISAR**, uma aplicação cliente/servidor será iniciada entre um servidor do sítio do INSS e o computador do usuário, é correto concluir que, com base nos conceitos e modos de funcionamento da Internet atuais, um conjunto de protocolos de comunicação denominado TCP/IP será utilizado para possibilitar a troca de informações entre o servidor e o cliente. Com o uso desses protocolos, as informações são enviadas na forma de pacotes, que contêm, cada um, além da informação a ser enviada e de outros dados, o número IP do computador de destino. Nessa comunicação, é possível que pacotes referentes a uma mesma informação trafeguem pela rede por caminhos diferentes entre a origem e o destino.

Sobre seus conhecimentos relacionados à Segurança da Informação, julgue o próximo item.

- 46** DDOS (negação de serviço distribuído) é um tipo específico de phishing que envolve a redireção da navegação do usuário para sites falsos, por meio de alterações no serviço de DNS (Domain Name System). Neste caso, quando o usuário tenta acessar um site legítimo, o seu navegador Web é redirecionado, de forma transparente, para uma página falsa.

Sobre a figura e seus conhecimentos relacionados ao Libre Office 6.X, idioma português (Brasil), configuração padrão, julgue o próximo item.



- 47 É possível a inserção de uma tabela, abaixo do texto, através do menu Inserir, Tabela, na caixa Inserir Tabela é possível escolher o nome da tabela, quantidade de linhas, colunas dentre outras opções.

## REGIMENTO JURÍDICO ÚNICO

### RODRIGO CARDOSO

Com fundamento na Lei n. 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

- 48 Considere que Isaías, servidor do INSS, esteja em débito com erário por prejuízo causado no exercício de suas funções. **Assertiva:** Isaías poderá solicitar o parcelamento do débito, sendo que cada parcela não poderá ser inferior a dez por cento de sua remuneração.
- 49 As indenizações, as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei específica que regulamenta cada carreira.
- 50 Considere que determinado servidor do INSS seja convocado para realizar serviço extraordinário por uma situação excepcional. **Assertiva:** nesse caso, o serviço extraordinário poderá ter a duração máxima de uma hora por jornada de trabalho.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### SEGURIDADE SOCIAL (DIREITO PREVIDENCIÁRIO)

#### CARLOS MENDONÇA

Julgue o item a seguir, de acordo com a evolução histórica da seguridade social.

- 51 A proteção específica contra acidente do trabalho surgiu no Brasil em 1919, por meio de indenização ao operário ou a sua família. Antes, essa questão era resolvida pelas regras vigentes do direito comum.

Julgue os itens a seguir de acordo com o texto constitucional.

- 52 Com a reforma da previdência, promovida pela EC n. 03/2019, a proteção contra o desemprego involuntário deixou de ser abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social.
- 53 Após a reforma da previdência, promovida pela EC n. 103/2019, a pensão por morte pode ser concedida em valor inferior ao salário mínimo.
- 54 É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição. No caso dos trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal, 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher.
- 55 O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade, mas a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, para trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artes.

Julgue os itens a seguir, de acordo com as regras constitucionais sobre a previdência social.

- 56 Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime próprio de previdência social que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

**57** Lei complementar instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.

**58** Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Próprio de Previdência Social.

**59** É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei.

**60** É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos na Constituição.

Sobre a seguridade social, julgue o item a seguir.

**61** É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais da empresa e do trabalhador.

Julgue o item a seguir.

**62** Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

**63** Em relação à inscrição e à filiação do segurado, será admitida a inscrição *post mortem* de segurado contribuinte individual e de segurado facultativo.

Julgue o item a seguir.

**64** A incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI sobre o produto das atividades desenvolvidas pelo segurado especial não descaracteriza essa condição.

**65** O Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais remeterá ao INSS, em até 1 (um) dia útil, pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) ou por outro meio que venha a substituí-lo, a relação dos nascimentos, dos natimortos, dos casamentos, dos óbitos, das averbações, das anotações e das retificações registradas na serventia.

Julgue o item a seguir, de acordo com a Lei n. 8.213/1991.

**66** Incumbe ao segurado promover a inscrição do dependente quando do requerimento do benefício a que estiver habilitado.

Julgue o item a seguir, de acordo com a infortúnica laborativa.

**67** Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.

Julgue o item seguinte, relativo ao Regime Geral de Previdência Social.

**68** Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

**69** O valor mensal do auxílio-acidente integra o salário de contribuição, para fins de cálculo do salário de benefício de qualquer aposentadoria.

Acerca da aposentadoria por invalidez, no âmbito do RGPS, julgue o item a seguir.

**70** Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, quando ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará de imediato, para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social.

Julgue os itens a seguir de acordo com a legislação previdenciária.

**71** No cálculo do valor da renda mensal do benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, serão computados, para o segurado empregado, inclusive o doméstico, e o trabalhador avulso, os salários de contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa ou pelo empregador doméstico, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis, sendo que, havendo dúvida sobre a regularidade do vínculo incluído no CNIS e inexistência de informações sobre remunerações e contribuições, o INSS exigirá a apresentação dos documentos que serviram de base à anotação, sob pena de exclusão do período.

**72** Sempre que possível, o ato de concessão ou de reativação de auxílio-doença, judicial ou administrativo, deverá fixar o prazo estimado para a duração do benefício. Todavia, na ausência de fixação do prazo, o benefício cessará após o prazo de cento e vinte dias, contado da data de concessão ou de reativação do auxílio-doença, exceto se o segurado requerer a sua prorrogação perante o INSS.

**73** Na concepção atual do regime geral da previdência social (RGPS), a aposentadoria e o auxílio-acidente são benefícios inacumuláveis.

**74** O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), ainda que ultrapasse o teto.

Sobre os dependentes, para fins da Previdência Social, julgue os itens a seguir.

**75** O percentual da contribuição do contribuinte individual quando o serviço é prestado a uma empresa é de 11%.

**76** Somente pessoas físicas podem ser beneficiários do Regime Geral de Previdência Social.

Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

De acordo com o acima disposto, julgue o item a seguir.

**77** Maria começou a trabalhar em dezembro de determinado ano, sendo assim, a carência para o auxílio-doença somente será computada a partir de janeiro do próximo ano.

**78** Aos membros do CNPS, enquanto representantes dos trabalhadores em atividade, titulares e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até dois anos após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial.

**79** Em relação à contagem recíproca, a Lei n. 8.213/1991 estabelece que é vedada a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) com o registro exclusivo de tempo de serviço, sem a comprovação de contribuição efetiva, exceto para o segurado empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e, a partir de 1º de abril de 2003, para o contribuinte individual que presta serviço a empresa obrigada a arrecadar a contribuição a seu cargo, observado o disposto no § 5º do art. 4º da Lei n. 10.666, de 8 de maio de 2003.

**80** Para o Regime Geral de Previdência Social, o valor da aposentadoria será calculado à base de 60% do salário de benefício, acrescido de 2% ao ano que exceder 20 anos de contribuição, no caso de segurados inscritos antes da EC n. 103/2019.

Julgue o item a seguir de acordo com a Lei n. 8.212/1991.

**81** A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, salvo se decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.

Julgue o item a seguir de acordo com a Lei n. 8.213/1991.

**82** O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.

Julgue o item a seguir de acordo com a Lei n. 8.213/1991.

**83** A contribuição do empregador doméstico incidente sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço é de 8,8%

**84** A reforma da previdência de 2019 trouxe de volta ao ordenamento jurídico nacional os conceitos de “cota familiar”, equivalente a 50% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente, e de “cota por dependente”, equivalente a 10 pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100%.

**85** Equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado no INSS em nome de qualquer um dos empregadores.

Julgue os itens a seguir de acordo com a Lei n. 8.213/1991.

- 86** O empregador doméstico é obrigado a arrecadar e a recolher a contribuição do segurado empregado a seu serviço, assim como a parcela a seu cargo, até o dia 15 do mês seguinte ao da competência.
- 87** A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia.

Julgue os itens a seguir de acordo com a Lei n. 8.213/1991.

- 88** O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempendedor individual, não impede a concessão ou a manutenção da parte individual da pensão do dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.
- 89** Segundo a Lei n. 8.213/1991, a pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.
- 90** De acordo com a Lei n. 8.213/1991, a concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.
- 91** A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, não acarreta o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

Julgue os itens a seguir de acordo com a Lei n. 8.213/1991.

- 92** Os administradores de autarquias e fundações públicas, criadas e mantidas pelo Poder Público, de empresas públicas e de sociedades de economia mista sujeitas ao controle da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, que se encontrarem em mora, por mais de 30 (trinta) dias, no recolhimento das contribuições para a seguridade social tornam-se subsidiariamente responsáveis pelo respectivo pagamento.

- 93** Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, o juiz, sob pena de responsabilidade, determinará o imediato recolhimento das importâncias devidas à Seguridade Social.

- 94** O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS deverá rever os benefícios, inclusive os concedidos por acidente do trabalho, ainda que concedidos judicialmente, para avaliar a persistência, atenuação ou agravamento da incapacidade para o trabalho alegada como causa para a sua concessão.

- 95** Aqueles que receberem benefícios realizarão semestralmente a comprovação de vida nas instituições financeiras, por meio de atendimento eletrônico com uso de biometria ou por qualquer meio definido pelo INSS que assegure a identificação do beneficiário, observadas as seguintes disposições.

- 96** Na hipótese de haver indícios de irregularidade ou erros materiais na concessão, na manutenção ou na revisão do benefício, o INSS notificará o beneficiário, o seu representante legal ou o seu procurador para apresentar defesa, provas ou documentos dos quais dispuser, no prazo de 30 (trinta) dias, no caso de trabalhador urbano ou rural.

- 97** Considera-se ocorrido o fato gerador das contribuições sociais na data do pagamento do serviço prestado.

- 98** De acordo com a Constituição da República, as contribuições sociais para a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, sendo inaplicável o princípio da anterioridade tributária.

- 99** A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Em relação à previdência complementar, julgue os itens a seguir de acordo com o texto constitucional.

- 100** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, sem qualquer ressalva.



**101** As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

Julgue os itens a seguir de acordo com a legislação previdenciária.

**102** O valor do benefício de pensão por morte, havendo mais de um dependente, será rateado em partes iguais, no entanto, essas cotas cessarão com a perda da qualidade de dependente e não serão reversíveis aos demais dependentes.

**103** O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os dependentes do RGPS.

**104** Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

**105** A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

**106** O segurado em gozo de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.

**107** Em relação aos segurados que se filiarem ao RGPS após a reforma da previdência (EC n. 103/2019), a aposentadoria será concedida aos 62/65 anos de idade, respectivamente para homens e mulheres, desde que cumprida a carência de 20/15 anos de contribuição, respectivamente para homens e mulheres.

**108** Até que lei discipline o cálculo dos benefícios do regime próprio de previdência social da União e do Regime Geral de Previdência Social, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares, atualizados monetariamente, correspondentes a 80% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

**109** O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

**110** O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

## SEGURIDADE SOCIAL (LOAS)

RAVAN ALVES

Julgue o próximo item com base na Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

**111** O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade de base estadual e tem por finalidade atender a população de baixa renda e as pessoas que estejam submetidas ao cumprimento de pena de reclusão.

Julgue o próximo item com base na Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

**112** A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), possui dentre seus objetivos a garantia de 1 (um) salário -mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Julgue o próximo item com base na Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

**113** A assistência social organiza-se por meio de um conjunto de serviços e programas que são estratificados em ações de proteção social primária, ações de proteção social secundária e ações de proteção social terciária, sendo essa última direcionada para pessoas em situação de violência.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue os itens a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

**114 Situação hipotética:** O CNAS, por decisão da maioria absoluta de seus membros, aprovou a proposição, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de alteração dos limites de repasse mensal dos benefícios previstos em lei. **Assertiva:** Nessa situação, a aprovação da proposição ocorreu em conformidade com o que estabelece a LOAS.

**115** Os conselhos estaduais de assistência social e os conselhos municipais de assistência social, instâncias consultivas do SUAS, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

**116** Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

**117** O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.

**118** O CNAS tem caráter igualitário: metade dos seus membros são representantes governamentais e a outra metade é composta por representantes da sociedade civil, remunerados conforme regulamento a ser emanado pelo Poder Público.

Em relação aos recursos financeiros para a assistência social, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

**119** Constitui receita do Fundo Nacional de Assistência Social, o produto da alienação dos bens imóveis da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência.

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

**120** A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, tal dispositivo está em acordo com o que preconiza a doutrina no que tange ao welfare state e a reserva do possível.



SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	E	E	E	E	E	E	C	C	C	C	C	E	E	E	E	E	C	C	E
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	C	C	E	E	C	E	E	E	E	E	E	C	C	C	E	E	C	E	C	C
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	E	C	C	C	E	E	C	E	E	C	E	E	C	C	C	E	E	C	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	C	E	C	C	E	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	E	E	C	E
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	E	C	C	C	E	E	E	C	C	C	E	E	C	C	E	C	E	C	C	E
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	C	C	C	C	C	E	E	C	C	E	C	E	C	E	C	C	E	E	C



# NESSA PEGADINHA VOCÊ NÃO CAI MAIS!

*Pratique os truques de cada banca e fique mais próximo da sua aprovação.*

No Gran Cursos Questões, você encontra todas essas questões e muito mais. Se você já é nosso assinante, vá até a Área do Aluno, em nossa plataforma, e clique em QUESTÕES.

Se ainda não é nosso assinante, acesse diretamente pelo site no endereço <https://questoes.grancursosonline.com.br>

 GRAN CURSOS  
QUESTÕES



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### ÉTICA KÁTIA LIMA

Julgue os itens a seguir sobre ética geral, ética no serviço público, ética e função pública, tendo como base o Decreto n. 1.171/1994.

- 1 Ética e moral são termos relacionados e por vezes confundidos, porém a ética tem a moral como objeto de estudo, reflexão e julgamento crítico.

**Certo.**

A moral é objeto de estudo da ética. A ética é reflexão sobre normas e valores morais.

- 2 O servidor público não pode usar o cargo público para obter favores para si ou para outros, exceto em situações emergenciais e concretamente justificadas.

**Errado.**

O servidor não pode usar o cargo para obter qualquer benefício, mesmo se tiver boa intenção.

- 3 **Situação hipotética:** Mauro é servidor do INSS e para proteger a imagem da Instituição, omitiu a verdade do cidadão sobre a ausência de médicos peritos, informando apenas que o sistema estava fora do ar. **Assertiva:** Nessa situação, Mauro não cometeu falta ética, pois é dever do servidor ser leal à Instituição a que servir.

**Errado.**

É vedado ao servidor público omitir a verdade ainda que vá contra os interesses da Instituição ou da pessoa interessada.

## DIREITO CONSTITUCIONAL RICARDO BLANCO

Julgue o item em relação aos direitos individuais.

- 4 As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, o trânsito em julgado.

**Errado.**

**Art. 5º, XIX** – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

Julgue o item em relação aos remédios constitucionais.

- 5 O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em todos os casos eles devem comprovar pelo menos 1 ano de exercícios.

**Errado.**

Somente a associação será exigido o período de um ano.

**Art. 5º, LXX** – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Julgue o item em relação à nacionalidade.

- 6 Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude do cometimento de crime culposo.

**Errado.**

**Art. 12, § 4º, CF.** Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: I – tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

Julgue o item em relação aos direitos políticos.

- 7 A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei complementar, mediante: plebiscito; referendo; iniciativa popular.

**Errado.**

Será na forma da lei ordinária.

**Art. 14, CF.** A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:  
I – plebiscito;  
II – referendo;  
III – iniciativa popular.

Julgue os itens em relação à Administração Pública.

- 8 A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

**Certo.**

**Art. 37, XVIII, CF.** A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

- 9 Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

**Certo.**

**Art. 37, XIX, CF.** Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998).*

- 10 Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

**Certo.**

**Art. 37, XX, CF.** Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

RODRIGO CARDOSO

Julgue o item a seguir considerando aspectos do Direito Administrativo.

- 11 O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei ordinária específica. A exigência da edição de lei compreende o conteúdo do princípio da reserva legal.

**Certo.**

O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica (art. 37, VII, CF).

Sobre a teoria dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

- 12 O ato discricionário permite valoração subjetiva do agente, dentro dos limites impostos pela lei. Por esse motivo, é aplicável a teoria dos motivos determinantes nos atos vinculados e discricionários.

**Certo.**

Teoria dos motivos determinantes vincula os atos discricionários e vinculados.

- 13 A autorização, por ser ato vinculado e definitivo, deverá ser expedida caso o administrado venha a cumprir todos os requisitos exigidos por lei. Mas nada impede que esse ato seja cassado posteriormente caso o beneficiado venha a descumprir disposição legal.

**Errado.**

A autorização é ato discricionário.

Sobre o direito administrativo, julgue os itens.

- 14 O poder disciplinar sempre deriva do poder hierárquico mesmo se a penalidade for aplicada ao particular que estiver sob tutela da Administração.

**Errado.**

O poder hierárquico não alcança o particular que fica sob fiscalização da Administração.

- 15 O decreto de execução é considerado ato primário e o decreto autônomo, ato secundário. Ainda, é possível afirmar que a Constituição permite a delegação da competência para editar decreto autônomo para Ministro de Estado.

**Errado.**

O decreto de execução é mesmo considerado ato secundário e o decreto autônomo, ato primário. Ainda, é possível afirmar que a Constituição permite a delegação da competência para editar decreto autônomo para Ministro de Estado (parágrafo único do art. 84 da CF).

- 16 Os princípios que norteiam a Administração Pública são regras básicas que servem de interpretação das demais normas jurídicas. Em relação aos princípios que norteiam a Administração Pública, é correto afirmar que o princípio da impessoalidade, que é desvinculado do princípio da legalidade, condiciona a atividade administrativa ao interesse público.

**Errado.**

Não há como atender ao princípio da impessoalidade afastando-se da legalidade.

Sobre a organização administrativa, julgue o item a seguir.

- 17 Considere que o estado “Y” pretenda criar uma entidade administrativa com objetivo de fiscalizar o patrimônio ambiental, bem como expedir ato normativo para regulamentar o assunto. A estrutura a ser criada terá personalidade jurídica própria e será dirigida por um colegiado com mandato fixo. **Assertiva:** pode-se afirmar que foi criada uma agência executiva.

**Errado.**

Agência reguladora é autarquia em regime especial, possuindo as seguintes características: personalidade jurídica própria, é dirigida por um colegiado, com mandato fixo e que os bens a ela pertencentes serão considerados bens públicos.

## GRAMÁTICA E TEXTO

### LUCAS LEMOS

#### O Marajá

- 1 A família toda ria de dona Morgadinha e dizia que ela estava sempre esperando a visita de alguém ilustre. Dona Morgadinha não podia ver uma coisa fora do lugar, uma ponta de poeira em seus móveis ou uma mancha em seus vidros e cristais. Gemia baixinho quando alguém esquecia um sapato no corredor, uma toalha no quarto ou – ai, ai, ai – uma almofada fora do sofá da sala. Baixinha, resolvida, percorria a casa com uma flanela na mão, o olho vivo contra qualquer incursão do pó, da cinza, do inimigo nos seus domínios.
- 5
- 10 Dona Morgadinha era uma alma simples. Não lia jornal, não lia nada. Achava que jornal sujava os dedos e livro juntava mofo e bichos. O marido de dona Morgadinha, que ela amava com devoção apesar do seu hábito de limpar a orelha com uma tampa de caneta Bic, estabelecera um limite para sua compulsão por limpeza. Ela não podia entrar em sua biblioteca. Sua jurisdição acabava na porta. Ali dentro só ele podia limpar, e nunca limpava. E, nas raras vezes em que dona Morgadinha chegava à porta do escritório proibido para falar com o marido, esse fazia questão de desafiá-la. Botava os pés em cima dos móveis. Atirava os sapatos longe. Uma vez chegara a tirar uma meia e jogar em cima da lâmpada só para ver a cara da mulher. Sacudia a ponta do charuto sobre um cinzeiro cheio e errava deliberadamente o alvo. Dona Morgadinha então fechava os olhos e, incapaz de se controlar, lustrava com a sua flanela o trinco da porta.
- 20
- 25

Luis Fernando Veríssimo. *Comédias para se ler na escola. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. (com adaptações)*

Considerando as ideias contidas no texto e as estruturas gramaticais, julgue os itens seguintes.

- 18 Na linha 10, a frase “Dona Morgadinha era uma alma simples” expressa, de modo conotativo, uma metáfora.

#### Certo.

Em “Dona Morgadinha era uma alma simples”, temos o uso de uma linguagem conotativa (conto de fadas, figurada); para dizer que Dona Morgadinha era uma mulher humilde, simples, usa-se o termo “alma simples”, usado figurativamente. Aqui, identificamos uma figura conhecida como metáfora. Então, o item está correto.

- 19 Depreende-se que a principal característica da personagem dona Morgadinha é compulsão por limpeza.

#### Certo.

Em “estabelecera um limite para sua compulsão por limpeza”, sintetiza essa característica. Pode-se observar isso também nos seguintes trechos: “Dona Morgadinha não podia ver uma coi-

sa fora do lugar, uma ponta de poeira em seus móveis ou uma mancha em seus vidros e cristais” e “...resoluta, percorria a casa com uma flanela na mão, o olho vivo contra qualquer incursão do pó, da cinza,...”. Portanto, o item está correto.

- 20 O emprego do sinal indicativo de crase em “à porta” (l. 18) é facultativo, ou seja, a sua retirada não prejudicaria a correção gramatical nem o sentido original do texto.

#### Errado.

Em “chegava à porta”, o emprego do acento indicativo de crase é obrigatório, pois indica a fusão de preposição “a” exigida pela forma verbal “chegava” com artigo “a” que acompanha o substantivo feminino “porta”. Sendo assim, o item está errado.

- 21 O vocábulo “deliberadamente” (l. 23-24) foi empregado, contextualmente, com o sentido de **propositalmente**, dela sendo sinônimo.

#### Certo.

Em “errava deliberadamente o alvo”, temos o sentido de algo feito de propósito, propositalmente. Ou seja, o item está correto.

- 22 A preposição “para” (l. 19), que expressa finalidade, introduz uma oração circunstancial.

#### Certo.

Em primeiro lugar, lembre-se de que, ao falar de valor circunstancial, estamos falando de valor adverbial. Agora, a oração destacada, em “dona Morgadinha chegava à porta do escritório proibido **para falar com o marido**”, funciona como subordinada adverbial final reduzida de infinitivo. Por isso, o item está correto.

#### DICA IMPORTANTE

Preposição **para** + infinitivo = finalidade: *Para ser aprovado, estude.*

Preposição **por** + infinitivo = causa: *Por chegar tarde, foi demitido.*

Locução prepositiva **apesar de** + infinitivo = concessão: *Apesar de ter acordado cedo, chegou atrasado.*

Contração **ao** + infinitivo = tempo: *Ao chegar, devolva-me os documentos.*

- 23 O deslocamento da partícula “se”, em “se controlar” (l. 25), para depois do verbo – escrevendo-se **controlar-se** – prejudicaria a correção gramatical do texto.

#### Errado.

Em “incapaz de se controlar”, ao se deslocar o pronome “se” para depois do verbo “controlar”, não haverá um prejuízo para a correção gramatical, haja vista que verbos no infinitivo sempre permitem o emprego de ênclise. Dessa forma, o item está incorreto.

- 24 Em “trinco da porta” (l. 25-26), a expressão “da porta” exerce a função sintática de complemento nominal do substantivo “trinco”.

**Errado.**

Na expressão “trinco da porta”, o trecho “da porta” exerce uma função de adjunto adnominal, pois está conectado ao substantivo concreto “trinco”. Portanto, a questão está incorreta.

- 25 A oração iniciada pela conjunção “que” (l. 1) funciona como complemento direto da forma verbal “dizia” (l. 1).

**Certo.**

Na frase “dizia que ela estava sempre esperando a visita de alguém ilustre”, note-se que a palavra “que” é uma conjunção integrante e introduz uma oração subordinada substantiva. Como o verbo “dizia” é transitivo direto, mas a oração será subordinada substantiva objetiva direta. Ou seja, a questão está correta.

- 26 Na frase do texto “Ela não podia entrar em sua biblioteca.” (l. 15-16), a preposição “em” estabelece clara ideia de posse.

**Errado.**

A preposição “em” presente no trecho “Ela não podia entrar em sua biblioteca.” indica uma ideia de lugar. Dessa forma, o item está incorreto.

### Doação de sangue

1 Ninguém está livre de precisar de uma transfusão de sangue. Ninguém está livre de sofrer um acidente, de passar por uma cirurgia ou por um procedimento médico em que a transfusão seja absolutamente indispensável.

5 Como não existe sangue sintético produzido em laboratórios, quem precisa de transfusão tem de contar com a boa vontade de doadores, uma vez que nada substitui o sangue verdadeiro retirado das veias de outro ser humano.

10 Todossabemosqueéimportante doarsangue. Mas, quando chega a nossa vez, sempre encontramos uma desculpa – Hoje está frio ou não estou disposto; nesses últimos dias, tenho trabalhado muito e ando cansado; será que esse sangue não me vai fazer falta... – e vamos adiando a doação que poderia salvar a vida de uma pessoa.

15 Sempre é bom repetir que o sangue doado não faz a menor falta para o doador. Consequentemente, nada justifica que as pessoas deixem de doá-lo. O processo é simples, rápido e seguro.

Disponível em: <<https://drauzioarella.com.br/drauzio/doacao-de-sangue/>> (com adaptações).

**QUER TER ACESSO  
AO RESTANTE DAS  
QUESTÕES COMENTADAS?**

**SEJA NOSSO ALUNO**

**ASSINATURA ILIMITADA  
TUDO O QUE VOCÊ PRECISA  
PARA SER APROVADO!**